

PRIMÓRDIOS DA CAFEICULTURA NO ALTO JEQUITINHONHA, MG: O CASO DE CAPELINHA (1973-1995)

THE BEGINS OF COFFEE IN THE UPPER JEQUITINHONHA: THE CASE OF CAPELINHA MUNICIPALITY (1973-1995)

Marcos Lobato Martins¹

RESUMO: O artigo analisa a trajetória inicial da cafeicultura no município de Capelinha (MG), no período de 1973-1995. Mostra que a atividade foi estimulada por planos governamentais de expansão da agricultura no Cerrado Mineiro, que seus pioneiros foram cafelistas originários do Sul de Minas, houve predominância de pequenos e médios produtores, baixa tecnologia e trabalho manual. Indica ainda que a lavoura de café em Capelinha acelerou a concentração fundiária e os conflitos de terra, prejudicou a criação de gado e a produção de mantimentos, sem gerar emprego e renda expressivos para os trabalhadores rurais. As fontes utilizadas foram principalmente estatísticas e relatórios oficiais, documentos orais e notícias da imprensa regional.

PALAVRAS-CHAVE: Modernização da agricultura; Cafeicultura; Cerrado Mineiro; Município de Capelinha

ABSTRACT: The article analyses the initial trajectory of coffee in the Capelinha municipality, in the period 1973-1995. Exposes that activity began by incentives of the government's plans for agricultural expansion in the Minas Gerais' Cerrado, that their pioneers were farmers natives of the South of Minas Gerais, has predominance of the little and medium producers, lower technology and manual labour. Indicates yet that coffee in Capelinha accelerated the land concentration and land conflicts, harmed the cattle breeding and the food production, without generating significant Jobs and income for the rural

* Este artigo é resultado de projeto de pesquisa em andamento, "Nas chapadas tem café: história da cafeicultura no Vale do Jequitinhonha (MG)", realizado sem financiamento no Mestrado em Estudos Rurais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Campus de Diamantina. Agradecimento a Joelma Brandão, professora de História na cidade de Capelinha, cuja participação na coleta de testemunhos de pessoas ligadas à cafeicultura local foi inestimável.

¹ Professor do Mestrado em Estudos Rurais e do curso de História da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Campus Diamantina (MG). Doutor em História pela USP. Email: lobatoppger@gmail.com

workers. The founts utilized are official statistics and reports, oral documents and news of regional press.

KEYWORDS: Agriculture modernization; Coffee; Minas Gerais' Cerrado; Capelinha municipality

Introdução

Este artigo aborda a implantação da cafeicultura sobre bases empresariais no município de Capelinha no período compreendido entre os anos 1973 e 1995, época em que a lavoura da rubiácea nas áreas de chapada foi um dos vetores da modernização do Alto Jequitinhonha pretendida pelo II Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social (II PMDES), juntamente com a silvicultura do eucalipto e a pecuária bovina de corte, esta última nas vastas planícies do Médio e Baixo Jequitinhonha. Partindo de breve caracterização da paisagem rural de Capelinha nos anos 1950-1960, época em que predominavam a lavoura rústica de mantimentos e a pequena criação de gado, avança-se na direção de apreender as transformações decorrentes da introdução do café seja na estrutura fundiária do município, seja na dinâmica das unidades rurais e mesmo nas relações sociais no interior do município. Trata-se de entender o processo de introdução e consolidação da cafeicultura na cidade, bem como identificar as alterações na paisagem das chapadas e grotas geradas pelos maciços de cafeeiros.

As fontes utilizadas foram principalmente os censos agropecuários do IBGE das décadas de 1950 a 1990 e os testemunhos de pioneiros da cafeicultura em Capelinha. Alguns desses testemunhos foram colhidos pela pesquisadora Joelma Brandão em parceria com o autor, enquanto outros foram retirados de sites da imprensa e de empresas sediadas na cidade de Capelinha. Subsidiariamente, matérias da imprensa regional e relatórios técnicos de órgãos governamentais também foram empregados.

Na primeira parte do artigo, discute-se a segunda expansão do café nas Minas Gerais, correspondente à exploração da nova fronteira agrícola no Cerrado, por meio das frentes de modernização estimuladas por políticas públicas nos anos 1970 que avançaram no centro-oeste, nordeste, noroeste e

norte do estado, aproveitando a generosa concessão de incentivos fiscais pelo II PMDES. Em seguida, aborda-se a antiga paisagem rural de Capelinha, caracterizando-se sua agricultura nas décadas de 1950 e 1960. Na terceira seção, investigam-se as mudanças e permanências no campo local em face da introdução e evolução da cafeicultura, com atenção voltada principalmente para as zonas de chapadas e os pequenos lavradores. E algo é dito sobre os atores sociais que impulsionaram a cafeicultura em Capelinha e a maneira como modificaram as relações econômicas e sociais na cidade.

Os programas para modernização da agricultura e a cafeicultura no Alto Jequitinhonha

Como é sabido, a cafeicultura representou a atividade econômica mais importante do Brasil entre os anos 1830 e 1950. A partir do Vale do Paraíba fluminense, a lavoura da rubiácea expandiu-se para Minas Gerais e São Paulo. No caso mineiro, a Zona da Mata se tornou a principal área produtora de café até os anos 1930, quando cedeu a posição para o Sul de Minas. A lavoura chegou a Minas pela margem norte do rio Paraibuna, em 1809. Em 1819, toda a produção mineira se concentrava nos distritos de fronteira, como Matias Barbosa, Mar de Espanha, Além Paraíba e Rio Preto. A continuidade do processo de expansão extensiva ocorreu em direção ao norte, de modo que o café chegou a Juiz de Fora em 1828, e em Leopoldina, Cataguases e Ubá por volta de 1840 (GIOVANINI e MATOS, 2004, p.13).

Conforme Anderson Pires, a cafeicultura da Mata mineira adquiriu especificidades em relação àquela praticada no Vale do Paraíba fluminense, pois estava imersa em um complexo econômico diferenciado e integrado, ao contrário do Rio de Janeiro “monocultor”. Ainda conforme Anderson Pires (1993, p.32), a primeira expansão do café em Minas Gerais seguiu trajetória bem marcada:

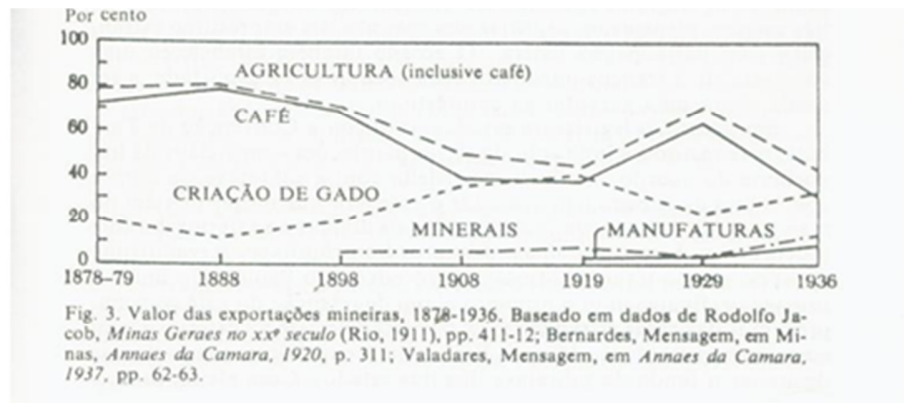
Vindo do Rio de Janeiro através do caminho novo, o café penetra em Minas Gerais pela Zona da Mata, onde a cultura se desenvolveu inicialmente nos vales do Rio Pomba e Paraibuna; mais tarde sob a influência da expansão do Vale do Paraíba paulista, atinge o Sul de Minas e, já bem

adentrando o século XIX, a cultura se expande no nordeste – Vales do Rio Doce e Mucuri – e sudeste do estado.

A partir dos anos 1870, estimulado pelo aumento dos preços internacionais, o café devassou o Sul de Minas, de início como mais uma cultura nas fazendas diversificadas voltadas para o abastecimento interno, mas rapidamente promoveu a especialização produtiva, catapultando a região, na década de 1930, à condição de principal zona cafeeira do estado (SAES e CASTILHO, 2016; MARTINS, 2016). Em ambas a região, o governo participou da expansão cafeeira basicamente por meio da concessão de garantia de juros a empreendimentos ferroviários, os quais foram realizados por iniciativa de empresas formadas pelos próprios cafeicultores.²

Nos anos 1930, Minas Gerais ficava atrás somente de São Paulo na produção da rubiácea. Conforme John Wirth (1982, p.75), em 1939, Minas ocupava o segundo lugar, depois de São Paulo e na frente do Rio Grande do Sul, na produção agrícola e industrial bruta, e, embora o café fosse seu mais importante produto de exportação, notava-se expressivo crescimento da produção de grãos alimentícios básicos e gado de corte. Também se destacavam na receita estadual os manufaturados têxteis (desde 1870) e o aço e o ferro, cuja participação era modesta, mas em contínua expansão. No tocante a mineração, percebia-se a continuação da exportação de ouro e a participação do manganês, como mostra o gráfico abaixo:

² Sobre o papel das ferrovias no desenvolvimento da cafeicultura, ver Flávio Saes (1981) e João Heraldo Lima (1981).

Figura 1 – Gráfico das exportações mineiras, 1878 a 1936.

Fonte: WIRTH, 1982.

Na segunda metade do século passado, o estado galgou a posição de maior produtor brasileiro de café, que ostenta ainda hoje. Vale assinalar que, desde o início do século passado, o governo estadual, preocupado com o atraso em relação a São Paulo, promoveu vários congressos agrícolas e políticas de recuperação econômica em Minas Gerais, com o objetivo de fomentar a agricultura e a industrialização. Conforme Otávio Soares Dulci (1999, p.61), pode-se identificar quatro momentos distintos no período compreendido entre os anos 1930 e 1950:

Até 1940, os esforços do governo direcionaram a diversificação agrícola; no segundo momento de 1941-1946 há uma atenção maior para a expansão industrial; no terceiro, de 1947-1950, a adoção de uma fórmula de planejamento onde visava equilibrar a agricultura e a indústria, e, finalmente, a quarta fase, 1950-1955, a política de especialização industrial que caracterizou a economia mineira nas décadas seguintes.

Por algum tempo, portanto, a cafeicultura ficou em segundo plano nas políticas estaduais, embora seguisse representando destacada fonte de recursos para os cofres governamentais. Foi apenas nos anos 1970 que ela voltou a ganhar relevância nos planos estaduais de desenvolvimento econômico, dessa vez ligada ao objetivo de exploração das áreas do Cerrado e de modernização da agricultura de 'regiões deprimidas', como o Vale do Jequitinhonha.

Configurou-se, então, a segunda fase de expansão da cafeicultura em Minas Gerais.

Ela se insere no contexto da busca de modernização e expansão agrícola no Brasil, capitaneada pela Ditadura Civil-Militar inaugurada em 1964. Nos quadros da difusão mundial da Revolução Verde, tencionava-se incorporar a agricultura como fator dinâmico para o crescimento da economia nacional.³ O Estado direcionou a política agrícola para objetivos bem definidos, por meio de programas governamentais que garantiram pesquisa agropecuária, crédito, assistência técnica, insumos e equipamentos aos fazendeiros e subsídios para a utilização de novas áreas, como o Cerrado. No plano federal, durante os anos 1970-1980, dois programas de expansão da agricultura no Cerrado se destacaram: o POLOCENTRO (programa de Desenvolvimento dos Carreados) e o PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados). Ambos visavam estimular a produção de grãos, especialmente café, soja, milho e a lavoura de algodão (CARNEIRO et al, 2005).⁴

Este processo de modernização agrícola no Brasil se baseou “em um sistema tradicional de posse da terra, que muitos chamaram de modernização conservadora [com o governo] não atuando na estrutura de posse de terra, que se manteve altamente concentrada” (KLEIN e LUNA, 2020, p.20). As políticas governamentais privilegiaram as grandes e médias propriedades rurais e, no que se refere a espaços, deram atenção especial ao Cerrado, para o qual foi canalizado grande parte dos recursos financeiros e das pesquisas tecnológicas. Isso porque a disponibilidade de terras e a privilegiada localização geográfica

³ A Revolução Verde foi um programa idealizado pelo grupo econômico Rockefeller, no início da década de 1940, com o objetivo de contribuir para o aumento da produção e produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas resistentes às doenças e pragas. Teve como base o tripé “trator, veneno e adubo” e influenciou vários países a adotarem o modelo de modernização da agricultura que buscava maior produtividade, a substituição de mão-de-obra por máquinas e uso mais acentuado de insumos industriais.

⁴ No período de 1975 a 1996, o Cerrado aumentou a produção de café em coco de 83 mil para 728 mil toneladas, enquanto a produção brasileira passou de 2,5 para 2,8 milhões de toneladas, de modo que o Cerrado elevou sua participação nacional de 3,26% para 25,64% (PEREIRA et al., 1999, p.6).

do cerrado em relação aos grandes mercados do Centro-Sul do país tornavam-no promissor como novo espaço de lavouras, especialmente de grãos.

Em Minas Gerais, o II PMDES da década de 1970 compreendeu, em especial, a região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e, em menor expressão, o Noroeste de Minas (GOBBI, 2004). A intenção era inserir o Cerrado Mineiro em uma agricultura de caráter empresarial, com utilização de tecnologias modernas (insumos químicos e máquinas agrícolas). Dentre as iniciativas direcionadas para a região, destacou-se o Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais.⁵ Este fomentou a expansão da produção cafeeira no Cerrado, visando aproveitar a sua aptidão climática para a lavoura da rubiácea, e preconizou a adoção de práticas de conservação do solo, irrigação e controle de pragas e doenças. Os primeiros produtores de café no Cerrado iniciaram suas lavouras em 1972, na região de Patrocínio, segundo registro do extinto IBC (Instituto Brasileiro do Café).⁶ Vieram para essa nova fronteira agrícola cafeicultores do Norte do Paraná, de São Paulo e do Sul de Minas. Segundo a EMBRAPA (2003, p.56):

No início da década de 1970, a área cultivada com café no domínio do Cerrado era de 10 mil hectares, com produtividade de 22 sacas/hectare. Atualmente, a área é de 160 mil hectares, com produtividade de 40 sacas/hectares, cerca do dobro da média estadual, e produz 25% do total colhido do estado de Minas Gerais.

A região do Vale do Jequitinhonha foi em muitos pontos transformada pelos projetos de modernização financiados pelo II PMDES, assentados na pecuária de corte, na cafeicultura e na silvicultura do eucalipto.⁷ A década de 70

⁵ O Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais direcionou-se primeiramente para a revitalização da cafeicultura na região do Sul de Minas. Em 1985, o Sul e o Sudoeste de Minas detinham a primeira posição na produção de café; todavia, em 1995/96, as mesmas perderam sua posição em função da expansão produtiva em direção ao Cerrado Mineiro. Cf. Patrício Aureliano Silva Carneiro et al (2006).

⁶ Em 1933 foi criado o Departamento Nacional do Café, substituído, em 1946, pelo Departamento Econômico do Café. Em 1952 foi criado o Instituto Brasileiro do Café (IBC), através da lei nº 1779, de 22/12/1952. O Instituto Brasileiro do Café tinha por objetivo definir a política para o setor, coordenar e controlar sua estratégia, desde a produção até a comercialização interna e externa, oferecendo assistência técnica econômica à cafeicultura. Cf. Gabriel Godofredo Fiúza de Bragança (2006).

⁷ A Belgo-Mineira, por meio da Companhia Agrícola e Florestal Santa Bárbara (CAF), expandiu seus empreendimentos de reflorestamento, concentrados anteriormente na região do

representou uma época de mudanças caracterizada pela colisão das frentes de modernização agrícola com uma agricultura ainda arcaica, sobretudo familiar. No Alto e Médio Jequitinhonha, fartos incentivos fiscais favoreceram a cafeicultura e a silvicultura, organizadas em empreendimentos capitalistas.⁸ A aquisição de terras foi enormemente facilitada porque amplíssimos terrenos na região eram considerados terras devolutas, de acordo com a lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o Estatuto de Terras. Companhias reflorestadoras instalaram-se nos municípios de Turmalina, Minas Novas, Capelinha, Itamarandiba, Carbonita, Águas Vermelhas, Rio Pardo de Minas, São João do Paraíso e Taiobeiras.⁹ Conforme Martins (2001, p.65),

Nos anos 70, durante a ditadura militar, o estado entregou centenas de milhares de hectares, constituídos por chapadas e algumas veredas e grotas, para as grandes companhias de reflorestamento. A chapada foi, então, fechada. Passou a ser propriedade particular com cerca, limite e documento. A simbiose entre as grotas, veredas e chapadas foi rompida, dificultando enormemente a reprodução da família camponesa. Muitos lavradores, atraídos pela possibilidade de obter emprego nas cidades da região ou nas companhias de reflorestamento, venderam suas parcelas de terra a preços irrisórios. A grilagem ampliou-se, potencializando os conflitos sociais.

Já o investimento na cafeicultura direcionou-se para os municípios de Capelinha e Itamarandiba. Nas regiões de Almenara, Araçuaí e Pedra Azul, a pecuária de corte expandiu-se apoiada em incentivos fiscais e técnicas modernas. A respeito da silvicultura, vale registrar o que escreveu Eduardo Magalhães Ribeiro (2004, p.12):

Rio Doce, para o Oeste de Minas; por sua vez, a ACESITA expandiu suas florestas do Rio Doce para o Vale do Jequitinhonha.

⁸ A política de incentivos fiscais que sustentava o II PMDES concedia às pessoas físicas e jurídicas descontos de até 50% no imposto de renda nas quantias investidas em projetos de cafeicultura e reflorestamento, além de reduções e/ou isenções em tributos estaduais incidentes sobre a produção e comercialização de café e carvão vegetal.

⁹ Nos anos 1990, as florestas de eucalipto ocupam 22% da superfície do município de São João do Paraíso, 18% de Carbonita, 15% de Itamarandiba e Taiobeiras, 17% de Turmalina, 16% de Rio Pardo de Minas, 14% de Minas Novas e Bocaiúva, 13% de Grão Mogol e Itacambira. A produtividade média da silvicultura regional era 38% inferior à estadual, o que faz pensar que, no Jequitinhonha, a empresa agrícola capitalista de ponta não é tão de ponta assim (MARTINS, 2001).

A verdadeira revolução ocorrida na região não foi técnica nem produtiva: foi fundiária. Ocorreu na terra, sua concepção como bem de mercado: parte dela foi incorporada aos circuitos mercantis, transformada em ativo financeiro por meio de bruta expropriação ocorrida nas áreas comunitárias de chapadas, que foram griladas ou cercadas por empresas reflorestadoras. Criou, junto ao mercado urbano de trabalho do sudeste e o esgotamento ambiental, uma profunda transformação nas relações dos homens com a terra: sua condição de cerrado plano permitiu a instalação das empresas que exploram aquelas terras com criação de número muito reduzido de emprego e renda para a região.

Os novos empreendimentos de bovinicultura de corte, cafeicultura e silvicultura, ao se apossarem de largas faixas de terra e promoverem a proletarianização de parte da população rural, alteraram as relações cidade/campo no Jequitinhonha, acentuando a penetração das relações capitalistas no espaço regional. Segundo Marcos Lobato Martins (2001, p.67),

No passado recente, a cidade era lugar de ir esporadicamente, sobretudo aos sábados, para a feira, ou para participar das festas. Para a maioria da população rural, o comércio ou a rua era o lugar do ócio, do passeio. A roça era o lugar do trabalho pesado, do barrufo. Atualmente a relação está se invertendo por completo. É da cidade que partem os caminhões de bóias-frias com destinos às chapadas. Agora, a chapada é lugar de ir (quando antes era lugar só de passagem, pois era a grotá, onde estava a roça, o lugar de ficar). Lugar de ficar é na cidade. No caso regional, um lugar de ficar sem maiores perspectivas e conforto, decorrência das carências urbanas que assolam o Jequitinhonha.¹⁰

Os projetos de modernização da agricultura no Vale do Jequitinhonha formulados e implantados nos anos 1970-1980 exibem fragrante descompasso entre suas justificativas e seus resultados. O governo argumentava que eles produziriam geração de emprego e renda para a região, cujos indicadores econômicos e sociais eram dos mais calamitosos do estado. Todavia, os investimentos realizados não foram capazes de fomentar a economia regional, muito menos de atenuar as suas abissais desigualdades sociais. Eles não geraram efeitos multiplicadores de monta sobre o conjunto da economia

¹⁰ O êxodo rural provocou o crescimento das periferias urbanas em muitas cidades da região. Turmalina, por exemplo, que possuía, em 1970, pouco mais de 2 mil habitantes, em 1990 contava com população superior a 8 mil pessoas (MARTINS, 2001).

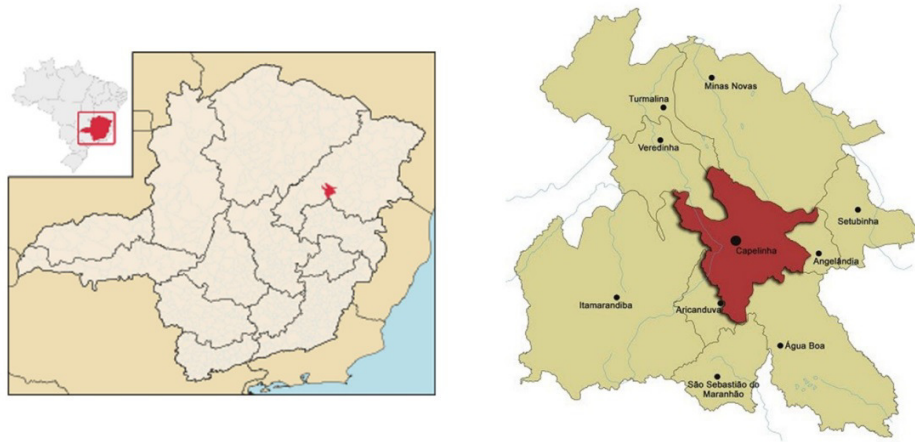
regional. Por isso mesmo, Juliana Sena Calixto (2005, p.71) afirmou, referindo-se à silvicultura:

A geração de emprego e renda do reflorestamento é frequentemente questionada, pois a migração temporária, alternativa de trabalho para muitos agricultores, ainda continua sendo uma das principais fontes de renda da população. Mesmo com as chapadas tomadas pelo reflorestamento, a agricultura familiar, embora “*encurralada*” pelos eucaliptais, continua sendo a principal atividade econômica da região.

Conclusão idêntica poderia ser tirada em relação à cafeicultura no município de Capelinha?

Agricultura rústica no complexo ‘grota-chapada’ em Capelinha

Situada próxima às nascentes do rio Fanado, a paisagem de Capelinha tem característica bem marcada: predomínio de grandes chapadas (tabuleiros), com altitudes que variam entre 900 a 1000 metros, entrecortadas por depressões profundas de vales, que, na região, são conhecidas como grotas. Na microrregião de Capelinha, o clima é ameno, com temperatura média anual de 21,7°C e razoável pluviosidade. A cidade está a 435 km de Belo Horizonte, 877 km do Rio de Janeiro e 1.013 km de São Paulo, os três maiores mercados da região Sudeste. Dista 184 km de Teófilo Otoni e 247 km de Diamantina, as duas ‘capitais’ do nordeste de Minas Gerais, com as quais, até os anos 1990, sequer possuía ligação rodoviária pavimentada. Abaixo, indicam-se a localização do município de Capelinha dentro do estado de Minas Gerais e os seus vizinhos imediatos.

Figura 2 – Localização do município de Capelinha e seu entorno imediato

Historicamente, a economia de Capelinha se formou em torno da mineração (ouro e pedras preciosas), da lavoura de mantimentos e da criação de gado. No espaço entre as lavras – que nunca foram tão ricas e numerosas quanto na região de Diamantina – uma diversificada produção agroalimentar camponesa se desenvolveu, bem como surgiram grandes fazendas dedicadas ao gado, as maiores habitadas por numerosas famílias de agregados. Os excedentes da produção das posses camponesas e das fazendas foram destinados aos pequenos povoados e aos centros urbanos mais destacados da região – Diamantina, Serro e Minas Novas –, distribuídos pelo mourejar das tropas de burros (MARTINS, 2014, p.290). Esse quadro de agricultura diversificada nos vales mais úmidos, as chamadas grotas, combinada com a criação à larga de bovinos ‘pé-duros’ nas chapadas secas avançou pelo século XX. A grande fazenda de gado e a posse camponesa conviveram secularmente, não sem complementaridades e conflitos (RIBEIRO, 2013).

Como em outras áreas do Vale do Jequitinhonha, a agricultura camponesa tradicional em Capelinha era feita com a exploração das grotas e chapadas. Nas grotas, os lavradores plantavam milho, mandioca, feijão, arroz. Também aproveitavam o barro para a fabricação de cerâmicas, atividade essencialmente feminina. Nas partes altas, nas chapadas, soltavam o gado,

colhiam raízes e frutos e praticavam a caça. As chapadas, verdadeiros ‘bosques comunais’, usadas coletivamente pelos camponeses, eram consideradas terra de ninguém, por serem, em sua grande maioria, terras devolutas, ao passo que as grotas e veredas eram propriedades pessoais de cada família. No sistema camponês, as chapadas funcionavam como complemento das grotas. Havia uma simbiose entre grotas e chapadas para a produção e reprodução da unidade camponesa (GRAZIANO e GRAZIANO NETO, 1983, p.96).

Em 1955, a produção de mantimentos ocupava 6.837 hectares em Capelinha, destacando-se o milho, a cana-de-açúcar e a mandioca. O quadro seguinte traz dados relativos à agricultura local:

Quadro 1 – Culturas agrícolas de Capelinha, ano 1955.

CULTURAS AGRÍCOLAS	ÁREA (ha)	QUANTIDADE (kg)	% DO TOTAL
Milho	2860	62.600	25,55
Cana de açúcar	1400	56.000	22,85
Feijão	950	13.000	10,81
Mandioca	840	16.800	22,85
Arroz	420	9.000	7,65
Outras	0,367	-	10,29
Total	6837	-	100,00

Fonte: IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Vol. XXIV. Rio de Janeiro, 1958.

No que tange à pecuária, observava-se a predominância dos rebanhos bovino e suíno, cabendo à suinocultura o maior contingente de animais, conforme os dados exibidos no quadro seguinte:

Quadro 2 – Produção Pecuária em Capelinha, ano 1955.

REBANHOS	NÚMERO DE CABEÇAS	% DO TOTAL
Asininos	25	0,36
Bovinos	3240	35,97
Caprinos	120	0,07
Eqüinos	1900	16,86
Muare	1500	19,97
Ovinos	200	0,14
Suínos	12000	26,63
Total	18985	100,00

Fonte: IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Vol. XXIV. Rio de Janeiro, 1958.

No cenário municipal, destacava-se a feira realizada na cidade de Capelinha aos sábados, para onde confluíam os excedentes dos sítios camponeses em busca dos consumidores urbanos. A respeito da feira, o agente do IBGE escreveu:

aí se localizam os produtores com sua mercadoria – cereais, batatas, feijão, rapaduras, farinhas, fubás, frutas, arroz, aves, ovos, porcos, leitões, carne de sol, fumo, objetos de cerâmica, etc. –, tudo enfim de produção local, de forma que nas primeiras horas das manhãs de sábado já é intensa a concorrência de compradores em todos os locais da feira” (IBGE, 1958, p.345).

Em suma, nos anos 1950 e 1960, o espaço rural de Capelinha era marcado por pequena população dispersa em posses camponesas e fazendas, onde havia criação de bois e porcos e lavoura rústica de alimentos baseada no regime de agricultura familiar, cujo sistema de cultivo era predominantemente a roça de tocos com pousio da terra (RIBEIRO, 2000, p.187).¹¹

As tendências da produção de mantimentos no município de Capelinha não eram positivas à época. Ela ocupava cerca de 68% da mão de obra local, a produtividade das lavouras era inferior à observada para Minas Gerais e vinha em queda contínua. A área plantada e a produção vinham decrescendo.¹² As lavouras permanentes e temporárias ocupavam somente 7% das terras, embora o município possuísse aproximadamente 46% da superfície passível de utilização agrícola. Estas tendências, reveladas pelo *Atlas da Agropecuária Mineira* (1989), mantiveram-se inalteradas até os anos 1980. As propriedades rurais de Capelinha praticamente desconheciam práticas tecnificadas, como se verificava no Vale do Jequitinhonha, conforme se vê no quadro seguinte:

¹¹ Conforme o recenseamento de 1950, a população do município de Capelinha era de 35.021 habitantes. Com o desmembramento territorial sofrido em consequência da criação do município de Água Boa, a população passou a ser de 14.369 habitantes, referente a 31/ 12/1955. A sede municipal possuía, em 1950, 2.249 habitantes. Cf. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. Vol. XXIV.

¹² Em 1985, no Vale do Jequitinhonha a área média das lavouras por propriedade rural era de apenas 5 hectares, enquanto a média mineira, que também era baixa em relação aos estados de agricultura mais desenvolvida, era de 9 hectares. Cf. *Atlas da Agropecuária mineira* (1989).

Quadro 3 – Indicadores de modernização agrícola no Jequitinhonha, 1985.

PRÁTICAS TECNIFICADAS	ESTABELECIMENTOS MG	ESTAB. NO JEQUITINHONHA
Adubação química	48%	8%
Adubação orgânica	31%	11%
Correção do solo (calcário)	8%	1%

Fonte: Secretaria de Estado da Agricultura. *Atlas da Agropecuária Mineira*, 1989.

Não se devia estranhar, portanto, que nos anos 1950-1960, em Capelinha e em todo o Vale do Jequitinhonha, dezenas de milhares de famílias rurais sobrevivessem com dificuldade, lutando para manter suas pequenas roças, e a região persistia como expulsora de população, principalmente o Médio Jequitinhonha. A situação talvez fosse mais negativa do que presumiram Eduardo Graziano e Francisco Graziano Neto (1983, p.100) ao escrever:

As condições de vida dos grupos camponeses sempre foram muito difíceis, tanto em relação às condições materiais como em relação às condições sociais de vida. Mas, embora difíceis e dependentes de grande esforço humano, nunca impediram a garantia de sobrevivência da próxima geração, o viver futuro. Um viver rústico, socialmente isolado, muitas vezes com doenças, mas um viver feliz e com fartura, que somente o afastamento do modelo de vida e do modo de pensar capitalista possibilita entender na plenitude.

A penetração da cafeicultura e da silvicultura a partir dos anos 1970 teve o efeito de ampliar as dificuldades vividas pelos pequenos lavradores de Capelinha, uma vez que as chapadas foram fechadas, passaram a ser propriedade particular com cerca, limite e documento. A simbiose entre as grotas e as chapadas foi rompida, interferindo na reprodução da família camponesa. Muitos lavradores, atraídos pela possibilidade de obter emprego na cidade ou nas companhias de reflorestamento, venderam suas parcelas de terra a preços irrisórios. Outros encontraram saída na migração definitiva ou na migração temporária, situação que se viu no Jequitinhonha inteiro nos anos 1980 e 1990.¹³

¹³ Estimava-se nessa época que, anualmente, cerca de 30 mil pessoas deixavam o Vale com destino às áreas canavieiras de São Paulo. Conforme o Censo de 1991, esses migrantes eram

Convém ainda ressaltar que a ‘febre do café’ não se limitou a gerar corrida pelas chapadas, uma vez que também despertou interesse pelas terras das chamadas grotas, em geral ocupadas por famílias de posseiros. Dessa forma, conflitos fundiários também grassaram nessas zonas. Um exemplo é o da comunidade São Francisco, situada na Grotá Grande, no município de Capelinha, que virou notícia no jornal *Geraes* de julho de 1980: “Ali, onde 99% do povo trabalha de meeiro, (...) um fazendeiro de Poços de Caldas [Sul de Minas] está tentando expulsar os meeiros que moram nas suas terras há 12 anos, sem indenização nenhuma. E mandou seus capangas ameaçarem as famílias dos meeiros e colocar arame nas passagens”.¹⁴

O mesmo periódico noticiou os conflitos surgidos em Itaipé nos seguintes termos:

O problema maior é sobre o plantio de café. Os fazendeiros entraram pela mata comprando as terrinhas lá dos pobres, por micharia. Depois sentou o trator, tratou da terra direitinho para a plantação do café e vai essa enrolada lá pra frente. Quando o cara falava que não queria vender a terra, eles davam um jeitinho. Eles levam na enroladinha, quando o pobre susta que não, já vendeu mesmo a terra. Eles dizem: “você fica aí despreocupado, não vai ter nada”. Depois, lá vai o pobre saindo pra outro canto, porque eles não deixam mesmo. Compram às vezes um pedaço, tira a escritura. O outro, eles vão na Ruralminas, mandam pedir tudo, depois recebem o título e pronto. Aí não tem jeito. Quer dizer, eles pagam aquele pedaço, mas pagam uma bagatela. (...) Agora dos pobres eles [a Ruralminas] tiraram toda a propriedade que tinham. Tinha muito mais de 60 propriedades, eles tiraram tudo, sem pagar quase nada. Eles arremataram um pedaço de terra na praça, o Estado jogou na praça de Novo Cruzeiro, e agora o fazendeiro já pode governar toda a fazenda, tirou todo mundo.¹⁵

Os primeiros anos da cafeicultura em Capelinha

No ano de 1974, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) realizou o Zoneamento Econômico de Minas Gerais, no qual se fazia prospecção de atividades agroflorestais potenciais para os espaços mineiros.

predominantemente jovens. Os homens, 46% do total, exibiam média de idade de 27 anos. As mulheres, 54% dos migrantes, apresentavam média de idade um pouco superior, 28,5 anos.

¹⁴ Jornal *Geraes*, Ano II, n. 10, p. 4, julho de 1980.

¹⁵ Jornal *Geraes*, Ano I, n. 4, p. 6, outubro/novembro de 1978.

Um dos critérios para designação de prioridades de aproveitamento econômico foi o preço das terras. No caso do reflorestamento, o IBDF considerou que as regiões mais propícias seriam Pirapora, o Norte e o Alto Jequitinhonha. Já as áreas do Leste de Minas (região do Rio Doce) apresentavam maior preço da terra, em parte compensado pelo menor custo de transporte. Quanto ao Alto Jequitinhonha, o IBDF encontrou ali o menor preço de terras, porém com solos menos férteis. Em 1975, o Instituto Estadual de Florestas (IEF) desenvolveu o projeto de distritos florestais de Minas Gerais, indicando como áreas adequadas ao reflorestamento o Triângulo Mineiro, o Centro Oeste, os Vales do Rio Doce, São Francisco e Jequitinhonha (CALIXTO, 2005, p.37). Ambos documentos também mencionaram haver possibilidade de êxito da cafeicultura nas terras altas do Jequitinhonha, bem como na margem esquerda do Rio Doce.

O eucalipto rapidamente surgiu nas chapadas entre Diamantina e Capelinha. O bispo de Diamantina, Dom Geraldo de Proença Sigaud, havia delineado seu próprio projeto de desenvolvimento regional, divulgado nas escolas e sociedades beneficentes da diocese, baseado na ideia de frear as migrações para os grandes centros do Sudeste – para isso, escolheu investir no reflorestamento.¹⁶ Em 1970, Dom Sigaud criou a Refloralje (Reflorestadora do Alto Jequitinhonha), contando com créditos do BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais) e do Banco Denasa de Investimentos. Conforme testemunho de Murilo Badaró, político mineiro nascido em Minas Novas,

[...] O D. Sigaud era um homem muito combatido [...] pelos agrupamentos esquerdistas né, por causa de sua posição marcadamente favorável aos militares em 64. O Dom Sigaud teve ideia genial, de ele próprio, pela Diocese dele criar uma empresa destinada a reflorestar o Vale, aproveitar as áreas, os grandes vazios demográficos do Vale do Jequitinhonha,

¹⁶ No Vale do Jequitinhonha, havia quem criticasse a aposta do governo estadual e da Arquidiocese de Diamantina na silvicultura como motor do desenvolvimento regional. Foi o caso, por exemplo, do fazendeiro Wilson José Trindade, proprietário da Fazenda Sul-América e líder político em Itaobim, que disse: “É plantar pra desmatar de novo (...). Eu acho que devia haver um estudo técnico nesta região e procurar ver as possibilidades de plantar café, que dá mais divisas à Nação e contrata mais mão de obra, evitando assim o êxodo rural”. Entrevista concedida ao jornal *Geraes*, Ano I, n. 1, p. 4, maio de 1978.

aqueles enormes chapadões. E foi ele quem começou (SILVA, 2009, p.178).

A Refloralje comprou a Fazenda Poço D'Água, uma propriedade de 10 mil quilômetros quadrados de terras contínuas e terra de 'cerrado bom', vizinha a Carbonita, bem localizada em relação ao centro siderúrgico de Ipatinga, sede da Usiminas. Nos viveiros de mudas da Refloralje, começaram a trabalhar 130 pessoas (homens, mulheres e crianças), enquanto cerca de mil homens iniciaram a plantação de eucaliptos.¹⁷ Em um sermão que fez em Carbonita, Dom Sigaud disse que Deus não havia feito a chapada para somente pau torto e seriema (MARTINS e PEREIRA, 2019, p.195).

Em 1974, a empresa de reflorestamento subsidiária da ACESITA instalou-se em Capelinha. Logo as chapadas por ela adquiridas foram percorridas por tratores ligados por correntes de ferro, derrubando o mato do cerrado. Nos dois anos seguintes, centenas de trabalhadores formaram os maciços florestais da ACESITA no município. Na mesma época, nas terras de Água Boa, vizinhas a Capelinha, a lavoura comercial de café deu seus primeiros passos.¹⁸ Foi justamente pela trilha Água Boa-Angelândia-Capelinha que os cafezais ganharam as chapadas dessa porção do Alto Jequitinhonha.

Para entender este movimento, a história oral é de grande valia. Como assinalou Paul Thompson (1992), as entrevistas e histórias de vida, como testemunhos, contêm afirmações que podem ser avaliadas pelos pesquisadores e cotejadas com o conteúdo de outras fontes. Elas entrelaçam símbolos e mitos com informação, e podem fornecer informações tão válidas quanto as que se pode obter de qualquer outra fonte. Os depoimentos orais servem muito bem ao propósito de desvelar o processo de introdução do café em Capelinha, sobretudo no que se refere aos motivos e expectativas que moveram os pioneiros da atividade.

Até o início da década de 1970, a lavoura do café estava presente em Capelinha como uma dentre diversas culturas realizadas por sitiantes e

¹⁷ *Voz de Diamantina*, ano LXVI, n. 47, 24 setembro 1972.

¹⁸ Em 1973, porque pertencia ao vale do rio Doce, as terras de Água Boa faziam parte das zonas detentoras de autorização federal para expansão da cafeicultura, de modo que podiam acessar os mecanismos de financiamento oficiais construídos pelo IBC.

fazendeiros. Havia camponeses que plantavam cafeeiros nas matas sombreadas, vendendo grãos e mudas na feira da cidade. Os cafezais eram então pequenos e tocados sem os tratos culturais adequados, localizados em terras mais baixas e úmidas. A respeito, veja-se o depoimento de Gentil Fernandes, pioneiro cafeicultor de chapada:

Eu sempre tive sonho com café, né! Desde os tempos de moço, quando saía da região para trabalhar em São Paulo, eu queria ter lavouras como aquelas das terras paulistas. Mexia com outras coisas, mas tinha aquele sonho, minha cabeça tinha aquela vontade de... achava interessante o café. Com muito trabalho consegui comprar um pedacinho de terra pertinho da cidade, terra de chapada, cerrado e naquela época tinha os pés de café que eram plantados naquelas várzeas, terra boa de mata sombreada... Então a minha terra num... não tinha assim uma segurança para plantar os café do tipo era plantado por aí pelos fazendeiros. Nessa época não tinha financiamento para o café, né!¹⁹

A narrativa dominante em Capelinha assevera que os grandes empreendimentos cafelistas foram introduzidos na região por proprietários do Sul de Minas, especialmente de Machado, que viram ali a solução para os problemas que impediam a ampliação dos seus negócios: as geadas e a falta de terras.

Os pioneiros cafelistas oriundos do Sul estabeleceram-se inicialmente em Água Boa, uma vez que Água Boa pertencia à região do Rio Doce, que já contava com autorização do IBC para financiamentos para a lavoura do café. Nessa direção vai o depoimento de Walter Palmeira, cafeicultor e ex-prefeito de Machado (Sul de Minas), que havia sido incumbido por seus pares para procurar novas terras de plantio, e terminou entusiasmado com as terras entre Capelinha e Água Boa:

(...) Por que nós compramos aqui? Porque aqui é município de Água Boa e Água Boa é Vale do Rio Doce... porque Capelinha não era zoneado pra café, lá a gente não podia financiar. E em Água Boa tinha financiamento. Não sei se você sabe, aqui é assim, as águas que nascem dali pra cá correm pro Rio Doce e dali pra lá é Vale do Jequitinhonha... aqui é o divisor de águas... (...) Aí, é o seguinte: nós

¹⁹ Entrevista realizada em 26/06/2001 com o Sr. Gentil Fernandes, por Geraldo Tadeu de Oliveira Santos para o site da Empresa Café Aranãs, de Capelinha. Acesso em 23/09/2020.

começamos a trabalhar... então, porque eu era muito conhecido do Dr. José de Paula Motta Filho, que era o diretor de produção do IBC na época, eu era muito ligado a ele por ter sido líder da renovação do café lá [em Machado], nós tínhamos um trânsito muito fácil no IBC. Aí, eu peguei e falei pra ele, lá: olha, mas Capelinha é interessante, rapaz, Capelinha não pode plantar café e eu tô num lugar lá que 50 metros pra frente é Capelinha, pra cá eu plantei café e pra lá não pode, sendo que o solo é tudo a mesma coisa. Nesse lugar lá é tudo igual. E por que não pode plantar café lá? ‘Não, mas porque lá é divisor de água, então, não tem jeito, como é que vou tirar esse pedacinho de terra... vou dar um jeito lá, vou até um certo parâmetro lá, vou estudar isso lá... olha, faz o seguinte: pega o prefeito, pega o sindicato, um órgão oficial qualquer, rural, e me manda, me faz um pedido, pra eu fazer o reestudo da área lá’ (...).²⁰

Walter Palmeira relatou que, no espaço entre Capelinha e Água Boa, numa extensão de 15 a 20 quilômetros, ficou maravilhado com a densa presença de samambaias, prenúncio, para os cafeicultores experientes, de que a terra seria propícia ao plantio da rubiácea. Junto com o cafelista Alair Alves Campos, amigo de Machado que o acompanhava, Palmeira percorreu o distrito de Resplendor, na divisa dos dois municípios, ali encontrando pequena lavoura de café bem formada e tratada, pertencente ao capelinhense dr. Jeová Lopes. Quando retornou a Capelinha, Palmeira visitou algumas lavouras formadas pelos srs. Maurício Pimenta (prefeito da cidade), Gentil Fernandes, José Maria Neves, José de Oliveira Martins e outros fazendeiros, todas pequenas. Começou a ser assediado pelos proprietários da região que lhe tentaram vender terras.

De Machado, acionando suas ligações pessoais, Walter Palmeira solicitou ao dr. José Leite (agrônomo do IBC) e dr. Ângelo Paes de Camargo (climatologista do IAC-Campinas) que mapeassem a região e avaliassem sua aptidão para o café. Os técnicos responderam que Capelinha era livre de geadas, tinha solo de boa fertilidade e altitude que permitia a formação de massas úmidas de ar e queda de neblina, o que compensava a relativa escassez de chuvas. Em quinze dias, Palmeira viajou novamente para Capelinha, acompanhado pelo agrônomo José Leite, e adquiriu terras em Resplendor,

²⁰ Entrevista realizada em 29/06/2001 com Sr. Walter Palmeira, por Geraldo Tadeu de Oliveira Santos para o site da Empresa Café Aranãs. Acesso em 23/09/2020.

distrito de Água Boa. Foi seguido por cafelistas de Machado, dentre os quais seus amigos Alair Alves Campos, Sebastião Tardioli, Laércio Campos e Mileco.

Já instalado em Resplendor, Walter Palmeira solicitou ao novo prefeito de Capelinha, Newton Ribeiro, e ao Sindicato Rural do município ofícios para pedir ao IBC a reclassificação da região. O pedido e os ofícios foram enviados diretamente para o dr. José de Paula da Motta Filho, Diretor de Produção do IBC. Foram enviados pelo órgão os técnicos Ângelo Paes de Camargo, Alfredo Kupper (engenheiro agrônomo especialista em solos) e Alcides Carvalho (geneticista). O relatório por eles redigido estendeu a área apta para cafeicultura até o lugar denominado Paiol Velho, em Capelinha. Logo em seguida, a zona autorizada pelo IBC a receber investimentos cobriu todo o município. Isso ocorreu nos anos 1973 e 1974, época na qual os financiamentos agrícolas tinham juros baixos, quatro anos de carência sem correção monetária. A decisão do IBC tornou possível aos proprietários rurais da região de Capelinha acessar as linhas de crédito do Banco do Brasil.

Alguns fazendeiros originários de Capelinha correram para aproveitar a situação. Maurício Pimenta, ex-prefeito e fazendeiro, contou que reuniu alguns amigos interessados na oportunidade que surgira, ainda mais porque, segundo ele, havia terras e mão de obra baratas disponíveis em Capelinha. Da reunião participaram o dr. Jeová Lopes, Gentil Fernandes, José Maria de Oliveira Neves (conhecido como Zuzinha), Zezinho Moreira, Eufrásio e José de Oliveira Martins (conhecido como Zé Batatinha). Todos eles foram ao Banco do Brasil dispostos a fazer o financiamento. A maior proposta foi a de Maurício Pimenta, que desejava começar com 40 mil covas.²¹ Conforme as palavras de Maurício Pimenta, “realmente começamos a coisa. Começamos o serviço desentendidos, tudo aéreo... Não existia agrônomo, não existia nada! Era apenas o Banco do Brasil. Fazia a proposta, o banco financiava e assim começamos”.

²¹ Entrevista realizada em 19/06/2001 com Sr. Maurício Pimenta, por Geraldo Tadeu de Oliveira Santos para o site da Empresa Café Arana's, de Capelinha. Acesso em 23/09/2020.

Estes fazendeiros capelinhenses se puseram a cultivar a rubiácea sem nenhuma técnica, pois não tinham experiência na cafeicultura e não havia assistência técnica no município. Não respeitaram espaçamentos, a adubação era orgânica e a destoca, feita com enxadão. Apenas Zuzinha, que era plantador de tomates, tivera curtíssimo treinamento realizado em Teófilo Otoni.

A respeito da busca do primeiro financiamento e do início dos plantios, Gentil Fernandes contou:

Plantava as mudas de café daqui para ali sem técnica nenhuma né, não firmava, acabava morrendo... até que chegou o financiamento aqui em Capelinha através do IBC e Banco do Brasil... No outro dia eu baixei lá no Banco do Brasil, fui um dos primeiros a fazer proposta, né! Aí eles colheram minha proposta, no outro dia foram fazer vistoria de minha terra, eles olharam a topografia de minha terra, eles falaram que minha terra era inferior e então fiquei bastante chateado. No outro dia, voltei novamente ao banco, conversei com o gerente do banco e com o agrônomo do IBC. Eu tinha oferecido 5.000 covas, eles aprovaram para mim 3.000 covas. Isso foi em 73, eu plantei em março de 73, meu café desenvolveu bastante logo de início, quando foi em outubro de 74, aí eles conseguiram mais 4.000 covas, aí para mim foi beleza.²²

No entanto, pelo menos de início, a maioria dos fazendeiros capelinhenses não acreditou que o café poderia dar novos rumos à economia do município. Muitos procuraram vender suas terras, pensando enganar os cafeicultores de Machado. Walter Palmeira lembrou essa situação com riso no rosto:

(...) a gente fazia muita reunião lá, sabe, tinham pessoas lá, tocavam, chamavam uns violeiros... aí a gente batia um papo... e fomos motivando esse pessoal, porque o pessoal, no começo, os daqui não acreditavam, né? Quando eles vendiam um pedaço de terra pra gente, eles soltavam até foguete de alegria. 'Êh! Apareceu um bobo de Machado aqui e me comprou...' Muitos deles riam da gente, certo? Porque não

²² Entrevista realizada em 26/06/2001 com o Sr. Gentil Fernandes, por Geraldo Tadeu de Oliveira Santos para o site da Empresa Café Aranãs. No terceiro ano, Gentil Fernandes conseguiu financiamento de mais 5 mil covas e, do próprio bolso, plantou mais 3 mil. Assim, em 1977, sua lavoura totalizava 15 mil covas. Dimensão pequena caso comparada às lavouras do Sul de Minas. Acesso em 23/09/2020.

acreditavam... então... foi assim... divagazim, divagazim, divagazim...(...)²³

Paulatinamente, na esteira do êxito dos cafelistas vindos do Sul de Minas, fazendeiros de Capelinha – aqueles que não venderam suas terras para os forasteiros – começaram a plantar suas próprias lavouras. Deram ouvidos ao conselho de Walter Palmeira, lembrado no depoimento de Maurício Pimenta:

Gente, eu notei que em Capelinha, nesta região aqui, produz café. Vocês têm o que eu não tenho e eu tenho o que vocês não têm. Vocês têm a terra e eu não tenho o clima. A terra eu faço e o clima, só Deus. Aqui não tem geada. Podem começar a plantar café. Eu estou comprando terras aqui. Aconselho a quem tem não vender e, a quem não tem, comprar.

No fim dos anos 1970, chegaram a Capelinha mais cafeicultores do Sul de Minas, como os srs. João Roberto Puliti e Sérgio Meirelles, que adquiriu terras no atual município de Aricanduva.²⁴ Nessa mesma época, chegaram os portugueses, cafeicultores em Angola que fugiam do conturbado cenário pós-independência no país, conduzidos pelo dr. Onofre Braga de Faria. Estes se estabeleceram em Vila dos Anjos, hoje município de Angelândia.

De todo modo, é certo que na microrregião de Capelinha os empreendimentos de cafeicultura e silvicultura transformaram drasticamente o uso da terra.²⁵ O quadro seguinte traz informações sobre esse assunto, referentes ao período 1970-1995:

²³ Entrevista realizada em 29/06/ 2001 com o Sr. Walter Palmeira, por Geraldo Tadeu de Oliveira Santos para o site da Empresa Café Aranãs. Acesso em 23/09/2020.

²⁴ João Roberto Puliti, nascido no seio de família de cafeicultores de Itajubá, tinha duas fazendas em São Gonçalo do Sapucaí. Foi presidente da CAMIG Companhia Agrícola de Minas Gerais), diretor do IBC e da FAEMG (Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais) e membro do Conselho Consultivo do SEBRAE-MG. Sérgio Meirelles, que aportou na região em 1979, se tornou o fundador da Empresa Café Aranãs, a mais destacada de Capelinha. A filha de João Roberto, Lydia Puliti Meirelles, casou-se com Sérgio Meirelles Filho. O casal possui fazenda de café em Capelinha. Em terras cedidas por Walter Palmeira, Sérgio Meirelles Filho montou as instalações da Torrefação BIA, onde os Cafés Aranãs, Resplendor e Varietal são torrados, moídos e empacotados. Lydia é a atual presidente do Instituto do Café da Chapada de Minas (ICCM), que conta com mais de 100 filiados e procura valorizar o trabalho do pequeno cafeicultor.

²⁵ A microrregião homogênea de Capelinha, divisão adotada pelo IBGE no ano de 1995, reúne municípios próximos com características socioeconômicas, geográficas e ambientais semelhantes. Ela faz parte da Mesorregião do Jequitinhonha e compreende os municípios de

Quadro 4 – Evolução do uso da terra na microrregião de Capelinha, 1970-1995, em hectares.

CATEGORIA	1970	1980	1985	1995
Florestas plantadas	222	131.030	105.747	158.387
Lavouras temporárias	46.606	61.509	75.610	28.286
Lavouras temporárias em descanso	-	23.848	22.421	16.058
Lavouras permanentes	2.128	13.281	27.771	16.218
Pastagens naturais	69.983	147.573	158.980	66.193
Pastagens plantadas	18.590	29.178	52.130	72.678
Total	137.529	406.419	442.659	357.557

Fonte: FIBGE, Censos Agropecuários, 1970, 1980, 1985, 1996.

Constata-se que o reflorestamento aumentou vertiginosamente a quantidade de terras utilizada para o cultivo do eucalipto em Capelinha. O eucalipto rapidamente ocupou mais terras do que as pastagens destinadas ao gado criado extensivamente. As lavouras permanentes (no caso praticamente se trata de cafezais) também cresceram depressa ao longo do período. O espaço por elas ocupado foi multiplicado oito vezes. No entanto, os cafezais não suplantaram, durante todo o período, a superfície destinada às lavouras temporárias, típicas da agricultura tradicional de Capelinha, principal atividade dos agricultores familiares. Mas, entre os anos 1985 e 1995, a área utilizada por essas lavouras sofreu queda enorme, sinalizando tempos difíceis para a pequena produção no município.

Em termos mais específicos, na região de Capelinha, entre 1975 e 1995 cresceram as áreas colhidas e a produção de café, como se vê no quadro seguinte:

Quadro 5 – Evolução da área colhida e da produção de café na região de Capelinha, 1975-1995.

ITENS	ANOS		
	1975	1985	1995
Área (hectares)	105	5.855	7.535
Produção (sacas de 60 kg)	1.706	82.515	112.185

Fonte: FIBGE, Censos Agropecuários, 1970, 1985, 1996.

Berilo, Carbonita, Capelinha, Chapada do Norte, Francisco Badaró, Itamarandiba, Minas Novas e Turmalina.

Note-se que, no período em tela, a fase de *boom* da cafeicultura na região de Capelinha foi na virada dos anos 1970 para os anos 1980. Como observaram Geraldo Pereira e colaboradores (1999), nesta região predominaram cafeicultores pequenos e médios.²⁶ Havia, é claro, grandes fazendas cafelistas como a Sequoia (Angelândia), Trono, Ouro Verde e Mundo Novo (Capelinha). Vale assinalar, a propósito dos grandes empreendimentos cafelistas na região, a matéria publicada no jornal *Geraes* de outubro/novembro de 1980, noticiando a criação em 16 de agosto do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capelinha, na qual se lê:

[Ante as pressões dos fazendeiros] o sindicato não desanima e no dia 21 de setembro reuniu-se com os trabalhadores da Vila dos Anjos [atual Angelândia] e, nesta reunião ficou eleito o delegado sindical da Vila o companheiro José Ferreira Almeida, eleito numa assembleia de 200 trabalhadores, na maioria bóias-frias que trabalharam para a multinacional Mendes Júnior. A Mendes Júnior entrou na região junto com a febre do café e comprou a maioria das terras na região de Vila dos Anjos desapropriando muita gente e transformando-as em seus empregados.²⁷

Quanto ao pessoal ocupado na microrregião de Capelinha no período 1970-1995, o quadro seguinte apresenta os dados compilados por Juliana Sena Calixto (2005):

Quadro 6 – Evolução do pessoal ocupado por categoria na MRH Capelinha, 1970-1995.

CATEGORIA	1970		1980		1985		1995	
	n.	%	n.	%	n.	%	n.	%
Pessoas não remuneradas	60.956	86,47	62.266	73,97	70.659	84,17	41.600	82,51
Empreg. Permanentes	648	0,42	3.687	4,31	3.528	4,20	2.762	5,48
Empreg. temporários	6.933	9,84	16.437	19,52	8.508	10,14	5.273	10,46
Parceiros	547	0,76	1.011	1,20	378	0,45	391	0,78
Outra condição	1.407	1,99	107	0,13	322	0,38	390	0,77
Total	70.491	100	83.508	100	83.395	100	50.416	100

Fonte: Juliana Sena Calixto (2005); FIBGE, Censos Agropecuários, 1970, 1980, 1985, 1996.

²⁶ Geraldo Pereira e colaboradores chamaram de pequenos os produtores de café que cultivavam até 10 hectares; os médios eram os que cultivavam entre 10 e 50 hectares; e os grandes possuíam áreas plantadas acima de 50 hectares. O documento *Cadeia produtiva do café*, do escritório local da EMATER, estimou que, nos anos 1990, os pequenos cafeicultores eram 20% dos produtores de Capelinha.

²⁷ Jornal *Geraes*, Ano III, n. 11, p. 2, out./nov. 1980.

No quadro acima, salta aos olhos a redução no período de 31,75% do número de pessoas sem remuneração. O crescimento do número de empregados permanentes foi de 326, 23%, mas, em termos absolutos, esta categoria de empregados se manteve com cifras baixas. Em 1995, apenas 5,48% do pessoal empregado eram trabalhadores permanentes. Em contrapartida, cresceu substancialmente de 1970 para 1980, justamente no período de introdução da cafeicultura e silvicultura, alcançando o pico de 19,52% do total de pessoal ocupado. Depois, os empregados temporários também tiveram queda expressiva, de modo que a variação no período em relação ao número absoluto de pessoal ocupado foi de -23,94%. A categoria ‘parceiro’, comum no sistema agrário tradicional, teve redução no período de 28,52%. Praticamente o mesmo percentual de redução do número absoluto de pessoal ocupado.

Ora, estes números mostram que nem o café nem o eucalipto foram capazes de gerar bons e numerosos empregos, muito menos de deter a queda absoluta de pessoal ocupado em Capelinha entre 1970 e 1995. Fato que indica que o município seguiu perdendo pessoas em idade ativa, principalmente após o ano de 1985. De modo que se deve colocar em xeque a visão de Maurício Pimenta sobre os benefícios do café para o povo de Capelinha:

O dinheiro na região de gado, o dinheiro é preso entre o pecuarista e o banco. Na cafeicultura não, o dinheiro é solto, é distribuído, todo mundo participa dele. Os casebres se transformaram em boas casas, o pessoal deixou de andar de pé no chão, começaram a se calçar e andar bem vestidos, as moças com os dentes bem tratados e eu vi a alegria que reinou em todo o povo. O café dá serviço para todo mundo na cidade, emprego para as cidades vizinhas e até de outras regiões longínquas.²⁸

A posição de Maurício Pimenta foi inequivocamente contraditada pelo sindicalista Bené Porto ao escrever, no jornal *Geraes*, em fevereiro de 1980, que:

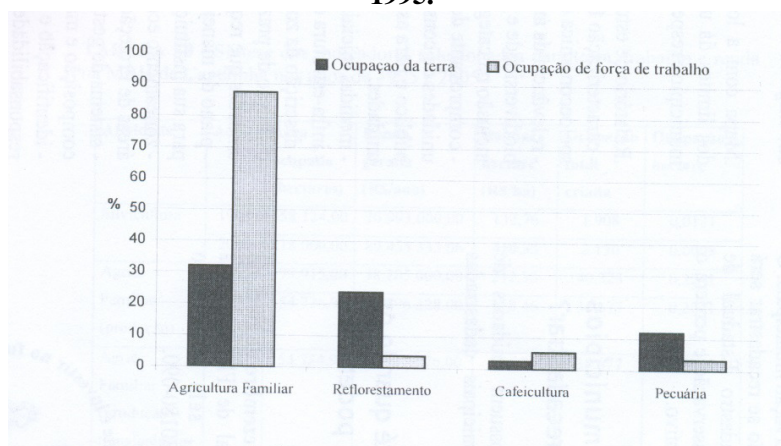
Capelinha, protegida pela Senhora das Graças e outros santos, é agora “protegida” pelos grandes proprietários de terra e empresas de reflorestamento, que lançaram-se aos campos e chapadas como lobos famintos, reflorestando e

²⁸ Entrevista realizada em 19/06/2001 com Sr. Maurício Pimenta, por Geraldo Tadeu de Oliveira Santos para o site da Empresa Café Aranãs, de Capelinha. Acesso em 23/09/2020.

plantando café, o que fez com que o sr. [governador] Francelino Pereira a batizasse como terra do café. É a terra do café na terra dos sem terras, um exército de trabalhadores enriquecendo os senhores de café.²⁹

Definitivamente, o otimismo do ex-prefeito e cafeicultor Maurício Pimenta não é sustentado pelos dados do gráfico seguinte, sobre a ocupação da força de trabalho na microrregião de Capelinha em 1995:

Figura 3 – Gráfico da ocupação de força de trabalho na agricultura no ano de 1995.



Fonte: Juliana Sena Calixto (2005, p.106).

O gráfico acima mostra que, no ano de 1995, enquanto a agricultura familiar ocupou 87,5% da força de trabalho rural, a cafeicultura absorveu apenas 5,5% dela, sendo boa parcela na condição de trabalhadores temporários para plantio e colheita. Muitos desses temporários eram oriundos de lugares como Angelândia, Itamarandiba, Minas Novas e até de outros estados.³⁰

O que se pode dizer a respeito da dinâmica da cafeicultura em Capelinha? Na sua trajetória, a década de 1980 representou a fase de consolidação da rubiácea. Em 1974, a área colhida de café contava apenas 95 hectares; no ano de 1995, a área colhida havia saltado para 13.264 hectares.³¹ No início dos anos 1980, a produção anual média em Capelinha girou ao redor

²⁹ *Jornal Geraes*, Ano II, n. 8, p. 6, fev. 1980. Bené Porto foi educador social da FETAEMG (Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais) e um dos fundadores do STR de Capelinha.

³⁰ Cf. o *Relatório Cadeia produtiva do café*, elaborado pelo escritório de Capelinha da EMATER.

³¹ Cf. IBGE, Censos Agrícolas, Lavouras Permanentes, anos 1974, 1995.

de 1.289 toneladas de café em coco.³² Como se vê no quadro seguinte, a fase de maior expansão do café na região de Capelinha se situou no período 1975-1988; em seguida, entre os anos de 1988 e 1993, houve uma queda acentuada, em razão da queda de preços nos mercados nacional e internacional; nova aceleração da cafeicultura ocorreu no período 1993-1996.

Quadro 7 – Taxas de crescimento da cultura de café na região de Capelinha, em porcentagem.

ITENS	1975-1988	1988-1993	1993-1996	1975-1996
Produção	25,43	-13,79	23,29	15,67
Área	15,81	-2,99	7,18	10,57
Rendimento	8,31	-11,13	15,03	4,61

Fonte: Geraldo Pereira et al, 1999, p. 23.

O quadro anterior permite concluir que, no período em tela, a cafeicultura em Capelinha experimentou altas taxas de crescimento anual para a produção, área colhida e rendimento médio. A crise do sub-período 1988-1993, embora grave, não significou abandono da lavoura pelos cafelistas no município. E a resposta dada por eles tão logo voltaram ao normal os parâmetros do mercado de café foi bastante robusta.

Nas duas primeiras décadas de cafeicultura comercial em Capelinha, a variedade de café empregada foi a ‘Mundo Novo’. Os solos escolhidos para o plantio foram chapadas (80% da área plantada), encostas (15%) e morros (5%).³³ Se, no início, as sementes vieram do Sul de Minas, com o tempo a ampla maioria dos cafeicultores locais passou a usar sementes das suas próprias lavouras. Os pequenos produtores preparavam o solo rudimentarmente, realizando a derrubada da vegetação e queimando, depois marcavam as curvas de nível, faziam o coveamento e o plantio de mudas. Os médios e grandes produtores limpavam o solo com trator de esteira, aravam, gradeavam e corrigiam o solo somente com calagem, marcavam as curvas de nível, faziam sulcagem ou coveamento, adubavam as covas e plantavam as mudas de cafeeiros. 90% do café era solteiro, pois apenas os microprodutores faziam

³² Cf. IBGE, Censo Agrícola, Lavouras Permanentes, 1980, dados relativos ao ano 1979.

³³ Cf. Geraldo Pereira et al (1999) e documento da EMATER Capelinha, Cadeia produtiva do café, 2003.

consórcio com feijão. A irrigação era absolutamente incipiente: apenas 6 produtores usavam irrigação por gotejamento. A capina manual predominava entre os pequenos e os médios produtores. Apenas alguns médios cafelistas e os grandes empregavam capina química ('Round up') associada à capina manual.³⁴

Nessa época, o café na região de Capelinha era colhido manualmente, normalmente por empreitada, fazendo-se derriça no pano ou no balaio (30% a 45% do custo operacional).³⁵ O pós-colheita também era arcaico: secagem dos grãos nos terreiros de terra batida. Alguns médios e grandes cafelistas já utilizavam lavadores, despoldadores e secadores. O café de melhor qualidade era vendido à cooperativa ou diretamente aos exportadores de Machado e São Sebastião do Paraíso (Sul de Minas Gerais).³⁶ O de pior qualidade era vendido para o Norte de Minas. E parte da produção dos menores cafeicultores locais destinava-se como café em coco para atravessadores e para as feiras semanais. Deve-se atentar ainda para o fato de que, nos anos 1970-1980, grande parte da produção capelinhense era comercializada e transportada sem qualquer documentação que identificasse as qualidades e características do café. Ademais, não raro o produto era misturado com lotes de outras regiões como o Sul de Minas.³⁷ Tal fato ocasionava a desvalorização do produto, e fazia com que o município arrecadasse poucos impostos.

Por último, a comparação das trajetórias iniciais da cafeicultura no Alto Jequitinhonha e no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba lança mais luz, pelo contraste, sobre a história da agricultura moderna nessas regiões. É o que se vê no quadro sinóptico abaixo:

³⁴ Todas essas informações conferem com os depoimentos dados por Sérgio Meirelles Filho e José Maria de Oliveira Neves, respectivamente em 23/05/2003 e 22/05/2003, a Marcos Lobato Martins e Joelma Brandão, na cidade de Capelinha.

³⁵ A renda auferida pelos trabalhadores na cafeicultura em 1996 foi estimada em R\$6.266.400,00, distribuídos da seguinte forma: empregados permanentes, R\$2.747.040,00, e empregados temporários, R\$3.519.360,00. É interessante destacar que a produção de café, em 1995, totalizou R\$18.999.000,00. Cf. Juliana Sena CALIXTO (2006, p.103). De modo que a parcela do trabalho na renda gerada pelo café ficou em torno de 30% do total.

³⁶ Cf. Geraldo Pereira et al (1999), até os anos 1990, havia em Capelinha somente uma filial da Cooperativa de Cafeicultores de Varginha (Sul de Minas), sob o nome COPACAFÉ.

³⁷ Entrevista de Geraldo Tadeu de Oliveira, concedida a Marcos Lobato Martins e Joelma Brandão em 21/05/2003, na cidade de Capelinha.

Quadro 8 – Comparação da cafeicultura do Alto Jequitinhonha e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, décadas de 1970-1980

CARACTERÍSTICAS	MESORREGIÕES	
	Alto Jequitinhonha	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba
Aspectos geográficos	Tabuleiros e vales profundos; campos, cerrados e cerradões; ausência de geadas; maior risco climático (secas);	Relevo plano; clima mais quente e seco no inverno; bioma cerrado
Início da cafeicultura estimulada pelo governo	Década de 1970	Década de 1970
Pioneiros da atividade	Cafelistas do Sul de Minas	Fazendeiros da região
Estrutura fundiária	Propriedades com áreas médias entre 50 e 100 hectares	Propriedades com áreas médias de 100 hectares
Processo produtivo	Técnicas tradicionais e uso intensivo de trabalho manual	Constante aprimoramento tecnológico e mecanização em todas as etapas
Mão de obra empregada	Trabalhadores temporários por empreitada	Tecnologia reduz o número de trabalhadores
Comercialização da produção	Cooperativa que é atravessadora	Cooperativas que auxiliam os cafeicultores na competitividade e inserção no mercado

Fonte: Elaboração do autor. As características referentes à mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba foram tiradas do trabalho de Ana Rute do Vale et al (2014).

Talvez porque há mais tempo inserida na agricultura voltada para abastecimento dos grandes mercados do Sudeste, e certamente mais beneficiada pelos programas governamentais referentes ao Cerrado, o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba foi terreno de implantação de cafeicultura mais robusta e moderna, enquanto o Alto Jequitinhonha – região com maiores carências de infraestrutura econômica, menos atendida pelos planos governamentais e com maiores dificuldades de acesso aos mercados – foi palco de introdução de cafeicultura mais modesta e muito dependente de vínculos com o Sul de Minas.

Considerações finais

Na região de Capelinha, Alto Jequitinhonha, aproveitando as facilidades criadas pelos projetos governamentais dos anos 1970-1980 de expansão da

agricultura no Cerrado, a cafeicultura ocupou parte das terras das vastas chapadas, introduzida principalmente por fazendeiros sul-mineiros, beneficiados por financiamentos do Banco do Brasil e algum apoio técnico do extinto IBC. Médios e grandes cafelistas fizeram crescer a produção, na qual também tiveram participação secundária os pequenos sitiantes locais.

As memórias dos pioneiros do café em Capelinha possibilitam discutir as especificidades do Alto Jequitinhonha vis-à-vis outras regiões cafeeiras do país no que se refere à trajetória inicial da atividade. O desenvolvimento do café da ‘chapada de minas’ aproxima-se do de outras regiões estudadas pela historiografia brasileira?

Recorde-se que, para a cafeicultura do período escravista, no caso do Vale do Paraíba fluminense, Stanley Stein (1990) e João Fragoso (1998) mostraram que o café foi introduzido por famílias forâneas enriquecidas no comércio de ‘grosso trato’ e na mineração, em grandes propriedades e com uso de escravaria numerosa, deslocando violentamente os posseiros e sitiantes que ocupavam a região. Para o caso do Paraíba paulista, Marcondes (1998) mostrou que o café começou como lavoura secundária entre pequenos e médios proprietários voltados para a produção de alimentos – uma estratégia de diversificação das atividades desses proprietários. Porém, com o êxito da cafeicultura fluminense, grandes proprietários paulistas assumiram a liderança da lavoura de café nessa região, promovendo a especialização produtiva regional. No Centro e no Oeste Paulista, conforme Nozoe e Motta (1994), a cafeicultura foi introduzida por grandes proprietários vinculados anteriormente aos negócios com gado e cana-de-açúcar, sendo que essas regiões, a partir de 1870, caminharam rapidamente para a liderança do setor. Mônica Ribeiro de Oliveira (2005) estudou o caso da Zona da Mata mineira, mostrando que a cafeicultura foi implantada por grandes proprietários, originários dos Termos de Barbacena e São João Del Rei, que empregaram muita escravaria e tropas de muares para o transporte do café. Ao redor de Juiz de Fora, essas grandes fazendas conservaram roças e criação de animais para autoabastecimento e conviveram com fazendas voltadas para a produção de mantimentos, originando

sistema agrário diferenciado tanto do Vale do Paraíba quanto do Oeste Paulista. Mesmo que haja profundas diferenças entre os tempos escravistas e os de hoje, permanece, quando o assunto é a formação e a consolidação de novas zonas cafeeiras, o problema de saber como isso se dá.

Relativamente a Capelinha, há similaridade com o Vale do Paraíba paulista oitocentista quando se observa que os cafezais existiam antes dos anos 1970 como lavouras secundárias em sítios camponeses e algumas fazendas. Eram parte da tradicional diversificação produtiva da agricultura regional. Mas, como na Zona da Mata mineira, foram grandes fazendeiros forâneos que introduziram no município plantações comerciais de porte médio, girando em torno de 100 hectares cobertos por cafeeiros. Porém, diferentemente dessa região, as propriedades cafelistas formadas em Capelinha já nasceram especializadas e como resultado de políticas governamentais generosas em créditos (algo inexistente no século XIX). Ainda agora, as fazendas cafelistas do município convivem com fazendas de gado e sítios que produzem mantimentos, porque fazendeiros locais resistiram à novidade. Apenas alguns proprietários capelinhenses lidaram com o café nas terras de chapada nos anos 1973-1995. E mesmo com o desenvolvimento posterior da cafeicultura local, ainda se está longe de promover a especialização produtiva regional.

A cafeicultura capelinhense manteve até os anos 1990 vínculos comerciais e técnicos estreitos com o tradicional centro cafeeiro de Varginha, empregou baixa tecnologia e foi intensiva em trabalho manual (no plantio, nos tratos culturais e na colheita). O café do município foi parte exportado e parte destinado aos mercados da região norte mineira, carregando, no princípio, reputação bastante negativa.

Apesar das elevadas expectativas nutridas pelo governo, políticos e empresários do agronegócio, o café em Capelinha, inclusive porque teve reduzida integração agroindustrial, não gerou a quantidade de empregos nem a melhoria de renda dos trabalhadores rurais esperada; ao contrário, junto com o avanço da silvicultura, promoveu maior concentração fundiária e de renda, e ainda pôs mais dificuldades para a reprodução do antigo modo de vida das

famílias e comunidades de pequenos lavradores, uma vez que agravou os conflitos de terra e quebrou a simbiose entre grotas e chapadas, fundamental no sistema agrário camponês.

Inegavelmente, porém, a cafeicultura e a silvicultura alteraram drasticamente os padrões de uso da terra em Capelinha, aceleraram a penetração das relações capitalistas na região, sem, contudo, nas duas primeiras décadas gerarem rígida especialização produtiva no município.

Referências

BRAGANÇA, Gabriel Godofredo Fiúza de. **O poder de mercado do café brasileiro nos EUA, abordagem via residual**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

BRASIL. EMBRAPA. **Informativo safra 2000/2001**. Disponível em: www.embrapa.br. Acesso em: 21/10/2020.

BRASIL. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Vol. XXIV. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

BRASIL. IBGE. **Censos Agropecuários de 1970, 1980, 1985 e 1996**.

CALIXTO, Juliana Sena. **Reflorestamento, terra e trabalho: análise da ocupação fundiária e da força de trabalho no Alto Jequitinhonha, MG**. 2005. 130 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2005.

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva; FONTES, Maurício Ferreira; KER, João Carlos; FONTES, Rosa. Cerrado Mineiro: região de consolidação agrícola das tendências regionais da agricultura em Minas Gerais. **Anais do VI Congresso Brasileiro de Geógrafos**, Goiânia, 2004.

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva et al. Transformações sócio-regionais decorrentes da consolidação e modernização da cultura do café no cerrado mineiro. **Geografia**, Rio Claro, v. 30, n. 3, p. 491-505, set./dez. 2005.

DULCI, Otávio Soares. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

Entrevistas de Gentil Fernandes, Walter Palmeira e Maurício Pimenta, disponíveis em <https://www.cafearanas.com.br/noticias>

Entrevista de Geraldo Tadeu de Oliviera, 21/05/2003.

Entrevista de José Maria de Oliveira Neves, 22/05/2003.

Entrevista de Sérgio Meirelles Filho, 23/05/2003.

FRAGOSO, João Luís. **Homens de grossa aventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

Geraes, n.1 (mai. 1978), n. 4 (out./nov. 1978), n. 8 (fev. 1980), n. 10 (jul. 1980), n. 11 (out./nov. 1980).

GIOVANINI, Rafael Rangel; MATOS, Ralfo Edmundo Silva. Geo-história econômica da Zona da Mata Mineira. **Anais do XI Seminário sobre a Economia Mineira**, Diamantina, 2004. Disponível em <https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2004/D04A066.pdf>. Acesso em: 23/10/2020.

GOBBI, Wanderléia Aparecida de Oliveira. Modernização agrícola no Cerrado Mineiro: os programas governamentais na década de 1970. **Caminhos de Geografia** – revista on-line, Uberlândia, v. 5, n. 11, p. 130-149, fev/2004. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15330>. Acesso em: 21/10/2020.

GRAZIANO, Eduardo; GRAZIANO NETO, Francisco. As condições da reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha. *Perspectivas*, São Paulo, p. 85-100, 1983.

KLEIN, Herbert S.; LUNA, Francisco Vidal. **Alimentando o mundo**: o surgimento da moderna economia agrícola no Brasil. Rio de Janeiro: FGV Editora; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2020.

LIMA, João Heraldo. **Café e indústria em Minas Gerais 1870-1920**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

MARCONDES, Renato Leite. **A arte de acumular na economia cafeeira**: Vale do Paraíba século XIX. Lorena, SP: Stiliano, 1998.

MARTINS, Marcos Lobato. **Breviário de Diamantina**: uma história do garimpo de diamantes nas Minas Gerais (século XIX). Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

MARTINS, Marcos Lobato. “A marcha do café no Sul de Minas, décadas de 1880-1920: Alfenas, Guaxupé, Machado e Três Pontas”. In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado (Orgs.). **Sul de Minas em urbanização**: modernização urbana no início do século XX. São Paulo: Alameda, 2016, p. 141-172.

MARTINS, Marcos Lobato. A “fraqueza da terra” e do rio e a força do moinho de moer gente: as transformações sociais no Vale do Jequitinhonha nas últimas três décadas. **CRONOS: Revista de História**, Pedro Leopoldo, n. 3, p. 55-81, ago. 2001.

MARTINS, Edvaldo Rodrigues; PEREIRA, Laurindo Mékie. O lugar da pobreza e do atraso na construção social do Vale do Jequitinhonha. **Revista Desenvolvimento Social**, Montes Claros, v. 25, n. 1, p.192-205, jan/jun 2019.

MINAS GERAIS. **Atlas da Agropecuária Mineira**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Agricultura/Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1989.

MINAS GERAIS. **Relatório Cadeia produtiva do café**. Capelinha, MG: EMATER, 2003. (Mimeo.).

NOZOE, Nelson e MOTTA, Flávio. Cafeicultura e acumulação. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 253-320, mai./ago. 1994.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1870**. Bauru, SP: Edusc; Juiz de Fora, MG: FUNALFA, 2005.

PEREIRA, Geraldo; AGUIAR, Jozeneida Lúcia Pimenta de; SAMPAIO, João Batista Ramos. **A cafeicultura do cerrado no nordeste mineiro**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 1999.

PIRES, Anderson J. **Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora, 1870-1930**. 1993. 247 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. **Estradas da vida: terra e trabalho nas fronteiras agrícolas do Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães *et al.* Agricultura familiar, cultura local e políticas públicas: o caso dos lavradores do Alto do Jequitinhonha. **Anais do XI Seminário sobre a Economia Mineira**, Diamantina, 2004. Disponível em: <https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2004/D04A035.pdf>. Acesso em 15/10/2020.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães *et al.* A economia do varejo: agricultura, governos e mercados locais no nordeste de Minas Gerais nos começos do XX. **Anais do IX Seminário sobre a Economia Mineira**, Diamantina, 2000. Disponível em: <https://ideas.repec.org/h/cdp/diaman/200007.html>. Acesso em: 17/10/2020.

SAES, Alexandre Macchione; CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. “Cortando a Mantiqueira: entre café e abastecimento no Sul de Minas (1880-1920)”. In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado (Orgs.). **Sul de Minas em urbanização: modernização urbana no início do século XX**. São Paulo: Alameda, 2016, p. 87-113.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. **As ferrovias de São Paulo (1870-1940)**. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, 1981.

SILVA, Tomaz Tadeu da. “A produção social da identidade e da diferença”. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectivas dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2009.

STEIN, Stanley J. **Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado**: História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VALE, Ana Rute do et al. **A cafeicultura em Minas Gerais**: estudo comparativo entre as regiões Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Sul/Sudoeste. Campo-Território: revista de geografia agrária, Uberlândia, Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-23, jun. 2014.

Voz de Diamantina, ano LXVI, n. 47, set. 1972.

WIRTH, John D. **O fiel da balança**: Minas Gerais na federação brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Recebido em: 29 de outubro de 2020

Aceito em: 09 de novembro de 2021